

COMPETITIVIDADE SISTÊMICA: A CONTRIBUIÇÃO DE FERNANDO FAJNZYLBER

Wilson Suzigan (IE/UNICAMP)
Suzana Cristina Fernandes (Doutoranda, IE/UNICAMP)

Resumo

Procura-se neste trabalho resgatar, no pensamento econômico de Fernando Fajnzylber, a idéia de competitividade sistêmica, presente em sua obra desde os anos 1980 e que teve ampla aplicação em estudos e em políticas públicas na área de indústria no Brasil nas décadas de 1980 e 1990. Após um breve resumo da biografia e da obra de Fajnzylber, o texto examina os trabalhos do autor que deram origem e consistência ao atual conceito de competitividade sistêmica, discute a disseminação desse conceito em documentos oficiais da CEPAL e em estudos de economia industrial aplicada, bem como em propostas de política industrial e em políticas efetivamente implementadas para a indústria no Brasil.

PALAVRAS CHAVES: Competitividade sistêmica, política industrial, reestruturação industrial, desenvolvimento.

Introdução

A idéia de competitividade sistêmica é uma espécie de divisor de águas entre duas vertentes teóricas bastante distintas sobre política industrial: uma que define tal política de modo restrito e se fundamenta na corrente principal da economia, e outra que a define de modo abrangente e se fundamenta na teoria econômica evolucionária/neoschumpeteriana. No primeiro caso, a PI é uma forma de intervenção pontual do governo em setores ou indústrias específicas para corrigir falhas de mercado (economias de escala, externalidades, bens públicos, fatores dinâmicos, incerteza, informação imperfeita). Mesmo assim, a intervenção só se justifica se os seus benefícios excederem os custos decorrentes de possíveis falhas de governo e *rent-seeking*. Não admite PI de corte setorial, apenas medidas horizontais. No segundo caso a PI, além da intervenção em setores ou indústrias específicas, inclui os efeitos industriais das políticas macroeconômicas e medidas em outras áreas (C,T&I, infra-estrutura, educação, comércio exterior, financiamento, incentivos, competição, regulação). Levando em conta as relações entre concorrência e ambiente econômico, estratégias das empresas e estruturas de mercado, a PI é vista como uma forma de intervenção ativa e ampla. A competitividade é sistêmica, e a PI deve tratar (1) do sistema econômico como um todo, buscando criar um ambiente competitivo, gerar externalidades positivas e criar instituições em sentido amplo (inclusive as próprias

políticas) para estimular a competição, e (2) privilegiar a dimensão setorial em função das diferentes intensidades tecnológicas e padrões de inserção internacional que caracterizam setores ou indústrias específicas.

Fernando Fajnzylber contribuiu decisivamente para consolidar a segunda vertente. Alinhando-se com o pensamento econômico evolucionário/neoschumpeteriano, deu contribuições bastante significativas para a disseminação do conceito de competitividade sistêmica. Seus estudos de desenvolvimento industrial, com foco na inserção internacional determinada por competitividade fundada no binômio crescimento com equidade distributiva, constituem uma das contribuições mais originais na área de desenvolvimento econômico das últimas décadas. Dentro de sua concepção de competitividade, enfatizava a competitividade autêntica, que corresponde à noção acima de competitividade sistêmica, diferenciando-a da competitividade que chamou de “espúria”, que seria dada por baixos salários, subsídios e câmbio desvalorizado.

Nossa hipótese é a de que Fajnzylber desenvolveu intuitivamente a noção – não explicitada por ele com essa denominação – de competitividade sistêmica a partir da observação empírica dos rápidos processos de reestruturação industrial dos países desenvolvidos, particularmente Japão e Alemanha, bem como dos processos de rápida industrialização de alguns países em desenvolvimento, particularmente Coreia e Taiwan, e respectivas experiências de política industrial. O contraste dessas experiências com os fracos processos de desenvolvimento industrial dos países latino-americanos serviu para ressaltar as virtudes por ele encontradas nos fatores condicionantes da competitividade internacional das experiências exitosas.

Este trabalho procura resgatar a contribuição de Fajnzylber para consolidar a noção de competitividade sistêmica, presente em sua obra desde os anos 1980 e que teve ampla aplicação em estudos sobre política industrial e desenvolvimento em vários países latino-americanos e na CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, assim como em políticas públicas da área de indústria em vários países e, em particular, no Brasil nas décadas de 1980 e 1990. Após um breve resumo da biografia e da obra de Fajnzylber, o texto examina os trabalhos do autor que deram origem e consistência ao atual conceito de competitividade sistêmica, discute a disseminação desse conceito em estudos de economia

industrial aplicada especificamente no Brasil, e analisa a sua utilização em propostas de política industrial e em políticas efetivamente implementadas para a indústria no Brasil.

A trajetória da produção intelectual de Fernando Fajnzylber

Fernando Fajnzylber é referência obrigatória a todos aqueles que se dedicam a estudar o processo de desenvolvimento da América Latina. Foi um divulgador por excelência das idéias da CEPAL, onde atuou como diretor da Divisão de Indústria e Tecnologia e tornou-se um dos artífices da atualização do pensamento cepalino da década de 1990. Nasceu no Chile em 1940, morou no Brasil e também no México, países pelos quais dizia ter especial apreço, todavia, fazia questão de enfatizar que era primordialmente latino-americano. E foi pelo seu intenso compromisso com a América Latina que Fajnzylber consagrou seu talento a uma incansável luta para modificar a realidade desta região. Com este objetivo dedicou grande parte de seus estudos aos temas centrais do desenvolvimento, o que ele próprio chamava de suas obsessões: crescimento econômico, competitividade internacional, industrialização, excelência produtiva, capacidade científica e tecnológica, desenvolvimento dos recursos humanos, justiça social e empresas transnacionais.

Autor de diversas obras importantes e dono de uma rica experiência acadêmica, Fernando Fajnzylber exerceu uma importante influência sobre uma extensa geração de economistas da América Latina, especialmente devido à capacidade criativa que apresentava na busca de um desenvolvimento que permitisse compatibilizar crescimento com equidade.

Uma das virtuosas características de Fernando Fajnzylber era sua originalidade e sua capacidade de estar à frente, em muitos casos, na percepção de determinados fatos econômicos que ainda não eram claros para a maioria dos economistas latino-americanos. Foi talvez esta característica que o tornou uma personalidade de sucesso, reconhecido internacionalmente por suas idéias e estratégias de política industrial e desenvolvimento econômico para a América Latina, e um dos responsáveis pelo movimento revisionista das idéias da CEPAL que culminou na consolidação de um novo paradigma teórico, que abriu espaço para a retomada das discussões de crescimento a longo prazo e para a discussão de

novas estratégias de desenvolvimento baseadas na transformação da estrutura de produção e na diminuição das desigualdades sociais.

Fajnzylber faleceu em dezembro de 1991. Se estivesse vivo, certamente estaria à frente dos projetos desenvolvidos pela CEPAL neste início de século¹, tendo em vista serem suas as bases conceituais que sustentam as novas estratégias cepalinas desde 1990.

A importância intelectual de Fernando Fajnzylber não se resume ao fato de ser o formulador das bases conceituais do novo pensamento da CEPAL a partir da década de 90, embora muitos considerem – com toda justiça – que este seja o seu grande mérito. Fajnzylber tornou-se, desde a década de 70, um teórico respeitado pelo profundo conhecimento que demonstrava das estratégias de política industrial, pelas suas teorias sobre o desenvolvimento e pelas idéias e conceitos originais que lançava e que viriam a ser reconhecidos *a posteriori*.

Nessa perspectiva, Fajnzylber nos deixou um importante legado intelectual, ou seja, a busca por um processo de desenvolvimento capaz de engendrar uma sociedade mais justa, menos excludente. Revisá-lo neste momento, mesmo que brevemente, nos permitirá mostrar a amplitude de suas idéias.

O pensamento de Fajnzylber começou a ter repercussão no meio acadêmico já na segunda metade da década de 1970, depois do lançamento de destacados trabalhos nas áreas de comércio internacional e política industrial. A partir deste momento suas idéias começaram a figurar na base de importantes propostas e decisões de política industrial da América Latina.

O elo condutor de toda a sua obra foi a busca incessante de níveis de competitividade internacional sustentáveis para os países da região. A evolução de suas idéias ao longo de sua obra reflete um intenso processo de aprendizagem que lhe permitiu ampliar cada vez mais seu conhecimento dos processos de desenvolvimento, de equidade, de competitividade, de sustentabilidade e governabilidade institucional.

Ao longo dos anos setenta suas análises tinham um acento mais microeconômico, sobretudo na análise da estrutura de indústrias exportadoras, de estratégias empresariais

¹ Muitas das idéias de Fajnzylber estão contidas no relatório da CEPAL de 2000, intitulado *Equidad, desarrollo y ciudadanía*.

frente a internacionalização, do desenvolvimento de estratégias de internacionalização. Com estas características desenvolveu seu primeiro trabalho de destaque acadêmico, sob a égide do Convênio IPEA/CEPAL em 1970, que resultou na publicação de dois estudos: *Estratégia industrial e empresas internacionais: posição relativa da América Latina e do Brasil* e *Sistema industrial e exportação de manufaturados: análise da experiência brasileira*.

Nesses trabalhos já é possível perceber a formulação de alguns conceitos que serão desenvolvidos em obras posteriores, como a noção de “setores portadores de progresso técnico” e o conceito de “núcleo tecnológico endógeno”.

Ao longo da década de 1970 Fajnzylber vai amadurecendo sensivelmente seu pensamento. Aprofunda os estudos sobre as empresas transnacionais para expandir seus conhecimentos sobre liderança industrial nos países menos desenvolvidos e seu impacto sobre os padrões de desenvolvimento, com o intuito de propor políticas nacionais. Dentre as várias publicações sobre exportação de manufaturados e empresa transnacional, destaca-se o livro *Las empresas transnacionales: Expansión a nivel mundial y proyección en la industria mexicana*, publicado em 1976, em co-autoria com Trinidad Martínez Tarragó e o artigo intitulado *Oligopólio, empresas transnacionais e estilos de desenvolvimento*, publicado em 1976, em *El Trimestre Económico*. Nesse trabalho percebe-se um importante amadurecimento das idéias do autor sobre liderança industrial e, ao mesmo tempo, fica evidente o enfoque fundamentalmente schumpeteriano que dá às suas análises sobre organização industrial.

Entretanto, foi no contexto da década de 1980 que Fernando Fajnzylber colocou em prática toda sua capacidade criadora e inovativa. Ele repensou, ao longo desses anos, alguns marcos originais do pensamento cepalino no contexto dos avanços teóricos e políticos relacionados ao desenvolvimento. Suas propostas para o desenvolvimento sugerem a retomada do crescimento acelerado, baseado na rápida incorporação e difusão de progresso técnico para sustentar a competitividade internacional, simultaneamente à implementação de medidas que visem alcançar padrões mais elevados de equidade.

Nesse período publicou vários estudos, sendo que os mais importantes, que lhe deram notoriedade, foram: *La Industrialización Trunca de América Latina*, de 1983 e

Industrialización en América Latina: de la "caja negra" al "casillero vacío" – comparación de patrones contemporáneos de industrialización, publicado em 1989.

No primeiro livro, considerado referência obrigatória para os estudiosos da industrialização da América Latina, Fajnzylber realiza um profundo estudo sobre o processo de industrialização latino-americano. Seu ponto de partida é a análise do papel estratégico que teve a indústria de bens de capital no crescimento industrial das economias desenvolvidas, para em seguida fazer um balanço desse setor na América Latina, onde identifica lacunas, falhas e distorções. Para o autor, a ausência de opções de especialização na produção de bens de capital, ou seja, a ausência de um setor de bens de capital suficientemente desenvolvido – que é um reflexo do caráter *trunco* da industrialização latino-americana – tem sido uma das causas fundamentais do déficit comercial crônico que experimentam estas economias e o que as têm impedido de alcançar níveis de excelência produtiva.

A partir de análises exaustivas, Fajnzylber propõe uma “nova industrialização”. Esta se basearia no conceito de eficiência, baseado em “crescimento com criatividade”, isto é, com inovação tecnológica. Entretanto, para chegar a isto não bastaria o desenvolvimento de uma indústria de bens de capital, seria necessário constituir um “núcleo endógeno de progresso técnico”, tecnologicamente fortalecido e articulado com o conjunto do sistema produtivo, com o fim de dinamizar e alcançar excelência produtiva “que é a condição necessária para penetrar e manter-se no mercado internacional” (Fajnzylber, 1983).

O livro *Industrialización en América Latina: de la "caja negra" al "casillero vacío" – comparación de patrones contemporáneos de industrialización* representa o lapidar das idéias de Fajnzylber expostas no livro anterior: *La Industrialización Trunca de América Latina*, com a formulação das bases conceituais para a “transformação produtiva com equidade”, que viria a ser a nova mensagem oficial da CEPAL nos anos 90. Trata-se de um estudo comparativo dos padrões de crescimento dos países latino-americanos com outras economias desenvolvidas ou em desenvolvimento, onde Fajnzylber realiza várias comparações empíricas que vinculam densidade tecnológica com dinamismo produtivo e destaca a importância da competitividade internacional, baseada na incorporação de progresso técnico e numa agenda de transformações de caráter sistêmico.

Até chegar à publicação desse livro, Fajnzylber desenvolve uma série de estudos onde amadurece suas idéias sobre reestruturação produtiva, mudança tecnológica e competitividade sistêmica, que são divulgados em alguns ensaios, entre os quais os mais importantes são: “*Competitividad internacional: evolución y lecciones*”, de 1988, e “*Sobre a impostergável reestruturação industrial da América Latina*”, publicado em 1990.

Finalmente, cabe ressaltar que as preocupações de Fernando Fajnzylber quanto a competitividade iam muito além da dimensão empresarial. Seus estudos sobre competitividade incorporavam reflexões sobre temas muito mais amplos, tais como: educação e formação de recursos humanos, infra-estrutura, relações trabalhistas, preservação do meio ambiente, aparato institucional público e privado, sistema financeiro e outros. Estes temas, além de terem sido cuidadosamente enfocados por Fajnzylber em seus mais importantes trabalhos, são objeto de análise em vários artigos². E são componentes essenciais da noção de competitividade sistêmica, presente em sua obra.

O conceito de competitividade sistêmica na obra de Fernando Fajnzylber

O desafio do aumento da competitividade de seus sistemas econômicos tem sido intensamente perseguido pelas nações industrializadas como o caminho mais eficaz para recuperar, manter ou aumentar sua posição nos segmentos mais dinâmicos do mercado internacional. Desde a reestruturação produtiva das décadas de 70 e 80, o tema da competitividade tornou-se bastante freqüente no debate econômico contemporâneo. As transformações econômicas dos anos 80 e 90 foram paulatinamente suplantando as visões tradicionais sobre a competitividade ao ampliar os elementos constitutivos da capacidade de competir das nações, que culminaram na noção de “competitividade sistêmica”. A CEPAL tornou-se, a partir da publicação do documento *Transformación productiva con equidad* (1990), a grande divulgadora das idéias de competitividade sistêmica que, desde então, passaram a ser amplamente discutidas e incorporadas em estudos, pesquisas e

² Ver, por exemplo, os seguintes artigos de Fajnzylber: *Inserción internacional e innovación institucional*, de 1991; *La transformación productiva con equidad y la sustentabilidad ambiental*, de 1992; *El medio ambiente en la actual estrategia de crecimiento económico*, de 1990; *La estrategia de educación y conocimiento en la transformación productiva con equidad*, de 1992; e *Educación y conocimiento. Eje de la transformación productiva con equidad* de 1992. Observe-se que alguns desses artigos foram publicados postumamente.

proposições de políticas públicas na área de indústria, comércio internacional e desenvolvimento econômico.

Todavia, a contribuição de Fernando Fajnzylber sobre o tema da competitividade sistêmica não tem sido devidamente reconhecida. Embora se deva ressaltar que Fajnzylber não chegou a fazer uso explicitamente do termo, o fato é que ele foi um dos primeiros economistas a sistematizar os fatores sistêmicos da competitividade. Desde o início da década de 1980 ele já desenvolvia estudos sobre os fatores que determinavam a competitividade dos países industrializados e dos então chamados NICs – Newly Industrialized Countries. Esses estudos contribuíram para desvendar as características específicas que, em cada caso, levavam à maior competitividade e seus fatores determinantes. A compreensão, a partir desses estudos, de que o funcionamento da economia depende de um conjunto de sinergias e externalidades, levou Fajnzylber a agregar uma nova dimensão à análise da competitividade: o seu caráter sistêmico.

Em 1988 Fajnzylber publicou um importante trabalho, intitulado *Competitividad internacional: evolución e lecciones*, onde expôs claramente como o caráter sistêmico da competitividade contribui para o sucesso da reestruturação produtiva dos países industrializados e as lições que este processo proporciona para a América Latina. A partir de então, o tema tornou-se recorrente em sua obra, sendo incorporado pela CEPAL e difundido no meio acadêmico, tornando-se parte integrante dos projetos de política industrial desenvolvidos em países da América Latina, especialmente no Brasil.

O grande compromisso de Fernando Fajnzylber era com a América Latina, à qual consagrou uma incansável luta para modificar sua realidade econômica e social. O ponto de partida de suas idéias foi o reconhecimento de que os países latino-americanos necessitavam modificar seu modelo de desenvolvimento, ou seja, o “eixo em torno do qual se tem articulado a estrutura produtiva das últimas décadas”, que resultou numa industrialização frágil e singular. Segundo ele, “una de las características del proceso de industrialización de América Latina hasta ahora ha sido precisamente la simetria entre un elevado componente de imitación (fase previa del aprendizaje) y un componente marginal de innovación económico-social”. A complexidade deste problema levou-o a adotar uma metodologia bastante inovadora que consistia na análise comparativa de experiências de

sucesso, como o caso do Japão e dos NICs asiáticos, com o objetivo de elucidar os fatores explicativos desse sucesso. Com base nas investigações do processo de reestruturação produtiva nos países avançados, construía suas teses e propunha alternativas de desenvolvimento para a América Latina. Sua estratégia consistia na “combinación de aprendizaje, tomando como modelos a las sociedades más avanzadas, y de innovación económica y social en los países menos avanzados, que les permite incorporar las innovaciones con relación a sus propias carencias e potencialidades” (Fajnzylber, 1990:8).

A crise que marcou a economia mundial entre os anos de 1973 e 1983 constituiu um evento fértil para as análises de Fajnzylber, pois obrigou os países industrializados a promoverem ajustes na estrutura do setor produtivo como parte de uma estratégia de superação da crise internacional e retomada do crescimento econômico. A partir de 1977/78 as economias avançadas iniciaram a transição para um novo padrão de crescimento e, sobretudo, para uma nova trajetória tecnológica, com o desenvolvimento de novas tecnologias e sua difusão não só no interior da própria indústria como também na economia e na sociedade como um todo. Além disso, foram desenvolvidas novas técnicas gerenciais, novas formas de organização industrial e novas estratégias de mercado. Em sua essência, a reestruturação produtiva nos países avançados constituiu uma das estratégias no sentido de recuperar ou manter o dinamismo industrial e a participação no comércio internacional. (Suzigan, 1989:8)

Com efeito, as estratégias de reestruturação produtiva utilizadas pelas economias avançadas resultaram em um período de expansão sustentada ao longo da década de 80, muito embora as “taxas médias de crescimento nesta fase não fossem tão espetaculares quanto as obtidas na ‘idade de ouro’ do pós-guerra” (Coutinho, 1992:69).

Um dos fatores que chama a atenção nesse processo de reestruturação é o espetacular aumento da competitividade internacional do Japão e dos novos países industrializados (NICs) da Ásia, com relação ao resto do mundo. Esses países protagonizaram um cenário de impressionante ritmo de crescimento e transformação da estrutura produtiva em curto lapso de tempo, que os credenciou como modelo para inspirar o crescimento industrial de outros países. Ao mesmo tempo assiste-se a perda de

dinamismo da economia dos Estados Unidos no mercado mundial, em virtude dos fortes desequilíbrios macroeconômicos que a economia sofria desde o final dos anos 60.

Fajnzylber tomou como ponto de partida a análise da reestruturação produtiva destas economias avançadas frente à crise com o objetivo de compreender os mecanismos utilizados para revitalizar o seu dinamismo no mercado mundial, de modo que pudesse encontrar alternativas de política industrial para outros países, em particular da América Latina. Ele observou inicialmente como ocorreu o processo de reestruturação em três países industrializados: Estados Unidos, Japão e Alemanha Federal. Países que compartilhavam a preocupação de reestruturar sua produção, com o objetivo de recuperar ou consolidar sua posição internacional, mas que apresentavam trajetórias distintas de inserção internacional desde os anos setenta. Enquanto o Japão e a Alemanha vinham aumentando sistematicamente sua participação no mercado internacional, através do setor manufatureiro, os Estados Unidos perdiam em dinamismo, tendo sido superados em produção manufatureira em quase 20% pelos dois países em conjunto³.

A partir da análise destas economias é que Fajnzylber começa a desvendar os mecanismos e as políticas implementadas por estes países, com o intuito de alcançar uma inserção internacional mais ampla e, sobretudo, em setores ou produtos mais dinâmicos, dando as primeiras contribuições para a disseminação do conceito de competitividade sistêmica.

Fajnzylber observou, em primeiro lugar, que o dinamismo do Japão e da Alemanha Federal explica-se pela forma de inserção internacional adotada por esses países, que está diretamente condicionada por um fator estrutural muito importante que é a escassez de recursos naturais. Segundo ele, isto significa que “Japón e Alemania occidental no tenían alternativa como fuente de ingreso para comprar los recursos naturales de que carecen que lograr una sólida posición en el comercio de manufacturas. En los Estados Unidos, en cambio, su riqueza natural e su tamaño continental le instan a enfocar el comercio internacional como elemento complementario y marginal” (Fajnzylber, 1990:83-83). Estes países, Japão e Alemanha, assim como a Coréia do Sul e Taiwan, por carecerem de uma

dotação generosa de recursos naturais, não tiveram outra opção além da industrialização como via de inserção internacional. Desde logo, suas estratégias de inserção internacional tiveram como foco a modernização competitiva do setor manufatureiro, alcançada, numa perspectiva de médio e longo prazo, através de uma política sistemática de incorporação de progresso técnico, aumento da produtividade, com elevação paralela dos níveis de vida da população, que lhes garantiram uma capacidade de participação crescente nos mercados internacionais.

Segundo Fajnzylber a competitividade obtida por esses países, através do aumento da produtividade e da incorporação de progresso técnico, caracteriza-se como uma competitividade “autêntica”, que se contrapõe à competitividade “espúria” conseguida através da desvalorização cambial acompanhada de restrição à demanda interna e de fatores que podem ser válidos do ponto de vista de uma empresa, mas não do país, tais como mão-de-obra barata, recursos financeiros artificialmente subsidiados, margens de lucros reduzidas (ou negativas) no mercado externo compensadas por lucros elevados no mercado interno, subsídios fiscais, etc.

Fajnzylber verificou que o êxito em termos de inserção internacional obtido por Japão, Alemanha e NICs asiáticos era resultante, em grande medida, de fatores de caráter estrutural e do uso que cada país fez dos instrumentos específicos de política econômica e industrial. Os mais importantes fatores condicionantes da competitividade internacional desses países, segundo Fajnzylber (1988:14-20), são:

1. A manutenção de níveis elevados de investimento. O coeficiente de investimento é fator determinante do ritmo de crescimento da produtividade e, por conseguinte, de competitividade. Segundo Fajnzylber, o exemplo do “Japon y nuevos países industrializados del Asia comprueban que el incremento de la tasa de inversión se traduce en mejoras apreciables de la competitividad”.

2. A alocação de recursos para investimento em setores estratégicos. Segundo Fajnzylber no Japão, assim como na Alemanha Federal e na França, predomina uma melhor distribuição dos investimentos para setores prioritários, pois, “un determinado porcentaje de

³ O resultado deste estudo foi publicado no artigo: *Competitividad internacional: evolución e lecciones*, e incorporado ao estudo sobre crescimento e equidade publicado no livro *Industrialización en América Latina*:

los recursos de inversión (grandes proyectos) se canaliza en función de prioridades sectoriales definidas institucionalmente por la banca o el sector público, es decir en forma autónoma de quienes han generado la contrapartida de ahorros”. Enquanto nos EUA, ao contrário, é o mercado de capitais que determina o destino da poupança.

3. Mudanças na legislação trabalhista de modo a tornar o mercado de trabalho menos rígido e melhorar as relações entre empresas e trabalhadores, paulatinamente à redução do “Estado de bem-estar”, mas sem diminuir o peso do setor público nos sistemas de seguridade social, no sistema educacional e na qualificação de mão de obra.

4. Desenvolvimento de relações trabalhistas harmoniosas (ou menos conflituosas) e cooperação construtiva entre os distintos atores econômicos, sociais e políticos como estratégias de aumento da produtividade. Fajnzylber observou que “no obstante las diferencias en las modalidades institucionales, se verifica sistemáticamente que la menor conflictibilidad en las relaciones favorece los aumentos de productividad”, especialmente em processos de reestruturação produtiva em que se está gestando um novo padrão tecnológico que implica custos econômicos e sociais.

5. Crescente substituição das formas hierárquicas de relações verticais entre empresas por relações de cooperação horizontal, tanto no interior das estruturas empresariais quanto nas relações entre empresas. Essas inovações organizacionais constituem importante fonte de ganhos de produtividade. Permitem mais agilidade e flexibilidade na incorporação de inovações tecnológicas e na adaptação a novas condições de demanda no contexto de intensa competição internacional. Permitem também a formação de redes de empresas, a cooperação entre empresas e governos em atividades de P & D, esforços cooperativos de P & D entre empresas em áreas estratégicas (novas tecnologias), estratégias de cooperação/competição em setores influenciados por tendências de moda, e outras formas de cooperação.

6. Reforma do sistema educacional de modo a torná-lo mais adequado às novas necessidades de qualificação de recursos humanos para a reestruturação produtiva com incorporação de progresso técnico, e aumento do volume de recursos destinados a atividades de P & D. Estas atividades são fundamentais para acompanhar as tendências do

comércio internacional e, em resposta a elas, desenvolver novos produtos ou criar padrões de diferenciação de produtos existentes.

7. Os países que têm carências de recursos naturais, tais como Japão, Alemanha e Itália, estabeleceram estratégias de construção de vantagens comparativas no setor industrial, com rápida absorção de progresso técnico. Outros, com maior abundância de recursos naturais como os países nórdicos, buscaram a especialização em indústrias específicas. Outros ainda, como a França e a própria Itália, procuraram combinar estratégias de liderança em setores de bens de capital e a reestruturação das indústrias tradicionais. De todo modo, as políticas influem na estrutura setorial, especialmente tendo em vista a absorção de progresso técnico e a construção de vantagens comparativas.

8. O uso de instrumentos de política e a dimensão institucional. O uso que os governos fazem dos instrumentos de política definem o perfil industrial de cada nação. No caso do Japão, Fajnzylber (1988:20-22) observa que alguns instrumentos de política econômica influíram decisivamente para o sucesso de sua inserção internacional. Entre estas políticas destacam-se: a aplicação de políticas destinadas a comprimir sistematicamente o consumo e estimular a poupança; mecanismos destinados a garantir que a poupança existente se canalize para o investimento; fixação de parcelas de investimento para áreas prioritárias; regulações no sistema financeiro; controle da saída de capitais; incentivos a programas setoriais; conjunto de disposições orientadas a favorecer a aquisição de tecnologia no exterior; concessão de privilégios tributários para áreas de maior conteúdo técnico e taxas mais altas para o setor financeiro; políticas restritivas quanto ao investimento estrangeiro na indústria; controle das importações. Além disso, o setor público deveria exercer fortes controles para impedir desequilíbrios macroeconômicos.

Observando as medidas tomadas pelos países analisados para melhorar sua competitividade internacional, Fajnzylber percebeu que elas iam muito além da utilização de mecanismos destinados a melhorar a competitividade das empresas nacionais. Tratava-se de um conjunto de medidas muito mais amplo, que buscava modificar o sistema econômico como um todo, de modo a garantir uma base sustentável para a inserção competitiva no mercado internacional. O sucesso destas estratégias veio comprovar que para a evolução da competitividade influem “no sólo las políticas macroeconómicas, sino

las sectoriales, los aspectos microeconômicos de gestión, los factores institucionales, como el sistema educativo, la disponibilidad de recursos naturales, el tamaño del mercado interno y muchos otros factores” (Fajnzylber, 1990:92).

Foi com base nessas observações que Fajnzylber (1988:22-23), concluindo sua análise dos fatores determinantes da competitividade dos países líderes industriais, praticamente definiu competitividade sistêmica numa frase lapidar: “en el mercado internacional compiten no sólo empresas. Se confrontam también sistemas productivos, esquemas institucionales y organismos sociales, en los que la empresa constituye un elemento importante, pero integrado en una red de vinculaciones con el sistema educativo, la infraestructura tecnológica, las relaciones gerencial-laborales, el aparato institucional público y privado, el sistema financiero, etcétera”.

Assim, Fajnzylber esclarece que o desafio da competitividade deixa de ser apenas um problema macroeconômico e passa a ser um desafio para todos os protagonistas sociais. O seu fortalecimento depende do desenvolvimento de uma competitividade “autêntica”, que envolve mudanças institucionais, na distribuição da renda (coesão social), no padrão de consumo e no acervo de conhecimento tecnológico. Nesse sentido, os governos dos países industrializados, com o objetivo de aumentar a competitividade, levam a cabo políticas de caráter sistêmico:

“impulsan programas de apoyo a los sectores de alto contenido tecnológico, readecuan y vigorizan el sistema educativo e de investigación e desarrollo, llevan a cabo programas preferenciales de apoyo a la pequeña e mediana industria, crean condiciones favorables a la cooperación entre empresas y de éstas con el sector público, promueven la reforma del sistema de relaciones industriales y estudian programas públicos de inversión para el mejoramiento de la infraestructura, con énfasis en las telecomunicaciones. Las empresas, por su parte, exploran nuevas formas de organización y de vinculación con el sector académico y con capitales de riesgo, y ponen a prueba diversas modalidades de relaciones industriales, con el propósito de estimular la cooperación y motivación de los trabajadores; y desarrollan las más variadas modalidades de cooperación entre ellas con los

gobiernos y agrupaciones regionales, especialmente en el ámbito de la investigación y el desarrollo. (Fajnzylber, 1988:23)

As análises realizadas por Fajnzylber sobre a competitividade contribuíram de forma decisiva para questionar a eficácia das análises baseadas nas visões tradicionais que definem a competitividade como uma questão de preços, custos e taxa de câmbio, ao mesmo tempo em que propiciaram significativas contribuições para a disseminação do conceito de competitividade sistêmica.

Segundo Fajnzylber, as teorias tradicionais indicam diferentes formas de se alcançar uma melhora na competitividade internacional das empresas, mas nem todas as formas garantem uma sólida e duradoura posição do país no mercado internacional. Muitas vezes é possível conseguir uma posição relativa mais confortável no comércio internacional, ganhos na balança comercial e no coeficiente de exportações, através da utilização de alguns mecanismos, sem, no entanto, que isso signifique, de fato, um melhoramento sólido da competitividade de um país. O aumento da competitividade quando é resultado de desvalorizações cambiais, do aproveitamento da mão-de-obra barata e de linhas de crédito subsidiadas, etc, permitem apenas a obtenção de vantagens comparativas estáticas, não sendo suficiente para possibilitar um melhoramento sólido da competitividade de um país, pois não possibilita o aumento da produtividade nem estimula a incorporação do progresso técnico. Pelo contrário, tende a deteriorar a condição social, o que inviabiliza ainda mais uma inserção internacional mais eficiente.

De acordo com Fajnzylber, os avanços em termos de competitividade internacional alcançados pela América Latina durante os anos oitenta (e, podemos acrescentar, também nos anos noventa), representam resultados “espúrios”, pois estão fundados sobre a compressão dos salários, na diminuição do nível de investimento, nos baixos gastos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico (C,T&I) e com o sistema educativo, muito embora reconheça que alguns países ou setores tenham alcançado incrementos “autênticos” de competitividade. A explicação para este fenômeno estaria no propósito básico que nortearia a busca da competitividade internacional, ou seja, “enquanto os países industrializados perseguem o melhoramento da competitividade, entendida como a capacidade de um país para expor-se ao mercado externo e manter ou elevar o nível de vida de sua população, na

América Latina [na década de 80], ao contrário, a idéia básica está centrada, com algumas exceções, na geração de superávits comerciais suficientes para fazer frente aos desequilíbrios do balanço de pagamentos e aos serviços da dívida externa” (Fajnzylber, 1990b:16).

Sendo assim, muitos dos requisitos indispensáveis para uma modernização autêntica são deixados de lado, comprometendo, desta forma, o que poderia ser um processo de sustentada e sólida elevação da competitividade do aparato produtivo latino-americano. Segundo Fajnzylber, a experiência dos países analisados torna-se, pois, esclarecedora para os países que almejam uma melhor inserção internacional, como é o caso da América Latina, na medida em que revela os caminhos e as políticas que poderiam influir na conquista de uma competitividade autêntica.

Aplicação do conceito de competitividade sistêmica

A disseminação das idéias de Fajnzylber quanto ao caráter sistêmico da competitividade pode ser comprovada em documentos oficiais da CEPAL e em estudos, propostas de políticas nacionais e políticas industriais efetivamente implementadas. Por razões de espaço no texto, apenas algumas evidências nesse sentido serão discutidas⁴.

No âmbito da CEPAL, como já foi mencionado, as propostas de desenvolvimento econômico sustentado na competitividade sistêmica, recomendadas por Fajnzylber, foram amplamente incorporadas em documentos oficiais, passando a fazer parte das recomendações de política industrial da instituição para a América Latina e o Caribe. No documento *Transformación Productiva con Equidad* (1990) é possível perceber claramente a incorporação do conceito de competitividade sistêmica nas propostas definidas para o desenvolvimento econômico da região. O ponto de partida do documento é o reconhecimento do retrocesso econômico experimentado pela vasta maioria dos países da região no âmbito econômico e social, no contexto da década de 1980, e a confirmação plena da “necesidad impostergable de corregir la asimetría de la inserción internacional de la región”. O desafio para a CEPAL é recolocar a América Latina no caminho para o desenvolvimento. Para tanto, acredita ser necessário cumprir uma série de exigências: “de

un lado, es preciso fortalecer la democracia; de otro, hay que ajustar las economías, estabilizarlas, incorporarlas a un cambio tecnológico mundial intensificado, modernizar los sectores públicos, elevar el ahorro, mejorar la distribución del ingreso, implantar patrones más austeros de consumo, y hacer todo eso en el contexto de un desarrollo ambientalmente sostenible” (CEPAL, 1990:12).

Nesse sentido, o objetivo final da CEPAL (1990:12) colocado numa perspectiva de longo prazo, para todos os países da região era “la transformación de las estructuras productivas de la región en un marco de creciente equidad social”. Para alcançar este objetivo, a CEPAL (1990:14) se apoia tanto nas experiências do período de aprendizagem dolorosa da década de 80 como “en los avances registrados en otras latitudes estructurales y coyunturales, algunas de las cuales guardan similitud con las que hoy afectan al desarrollo de la mayoría de los países de la región”, exatamente como fez Fajnzylber ao analisar os países em processo de industrialização com equidade.

Como resultado desses estudos são definidos os critérios que sustentam as propostas de transformação produtiva. Os critérios estabelecidos pela CEPAL enfatizam que a necessidade da reestruturação produtiva com equidade deve lograr-se num contexto de maior competitividade internacional. Esta competitividade, segundo a CEPAL (1990:14):

“debe sustentarse más en una incorporación deliberada y sistemática del progreso técnico al proceso productivo (con los consiguientes aumentos de productividad), y menos en la depreciación de los saláries reales. Al respecto debe reconocerse la dimensión de aprendizaje y difusión de los conocimientos disponibles a nivel internacional, prerrogativa insuficientemente utilizada por la región en el pasado. Se procura avanzar desde la ‘renta percible’ de los recursos naturales hacia la ‘renta dinámica’ de la incorporación de progreso técnico a la actividad productiva.”

O caráter sistêmico da competitividade é vigorosamente enfatizado quando se afirma, a exemplo do que já havia dito Fajnzylber: “En el mercado internacional compiten economías donde la empresa constituye un elemento que, siendo crucial, está integrada a una red de vinculaciones con el sistema educativo, la infraestructura tecnológica, energética e de transportes, las relaciones entre empleados e empleadores, el aparato institucional

⁴ A versão final deste artigo deverá incorporar maior número de estudos de casos de propostas e políticas.

público y privado y el sistema financiero: es decir, está integrada a todo un sistema socioeconômico. Desde esta perspectiva, impulsar la transformación productiva requiere esfuerzos decididos, persistentes y sobre todo integrales.” (CEPAL, 1990:14)

No relatório da CEPAL de 2000, intitulado *Equidad, desarrollo y ciudadanía*, também está explícita a noção de competitividade sistêmica nos termos explicados por Fajnzylber. É possível perceber esta noção, quando o relatório destaca a estreita relação que existe entre “los fenómenos de carácter macroeconómico y la evolución de las estructuras productivas y de las instituciones en las cuales estas se enmarcan”. Por isso, de acordo com a CEPAL, a condução eficiente da política macroeconômica, possibilitando a redução da volatilidade das variáveis reais, é importante, porém “no es suficiente [para a elevação da competitividade internacional autêntica]; és necesario complementarla con un conjunto de políticas activas dirigidas a fortalecer la estructura productiva” (CEPAL, 2000:19).

Além dos documentos da CEPAL propondo a transformação produtiva com equidade nos países da região, a noção de competitividade sistêmica foi incorporada também em proposições e políticas efetivas para o setor industrial em vários países da América Latina. No caso do Brasil, desde meados dos anos 80, vários documentos oficiais de política industrial, assim como estudos e propostas de políticas elaborados por instituições de pesquisas e por associações de classes empresariais, permitem constatar esse fato. Três exemplos serão brevemente discutidos a seguir, como ilustração: a Política Industrial e de Comércio Exterior – PICE (1990), o *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira* - ECIB (1994), e a proposta da Confederação Nacional da Indústria, *A Indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento* (2002).

Embora não tenha sido inteiramente implementada, por razões que não cabem ser discutidas neste trabalho, a PICE é um bom exemplo de como, já no início dos anos noventa, as idéias de competitividade sistêmica propostas por Fajnzylber estavam solidamente incorporadas na formulação de políticas para a indústria no Brasil. A PICE compunha-se de vários documentos que, em geral, tratavam: (1) da definição de uma estratégia (ou diretrizes gerais) e políticas setoriais; (2) da definição de dois conjuntos distintos de políticas: de competição e de competitividade; (3) de medidas voltadas especificamente para a competitividade sistêmica; (4) da compatibilização com a política

macroeconômica; (5) de mudanças na estrutura empresarial, e (6) da organização institucional para a implementação da política. Não há espaço para uma discussão detalhada mas, tendo em vista os propósitos deste trabalho, cabe ressaltar os aspectos que, em linhas gerais, demonstram a preocupação com a competitividade do sistema econômico como um todo.

As diretrizes gerais da PICE estabeleceram a estratégia de submeter a indústria a um maior grau de competição e, simultaneamente, promover ações de fomento à competitividade da indústria com base em estratégias setoriais. A maior competição no mercado interno seria dada por políticas de liberalização comercial, privatização e desregulamentação (de investimentos diretos estrangeiros, de mecanismos de transferência de tecnologia, de serviços portuários e de legislações anti-truste e sobre propriedade intelectual). O fomento à competitividade, tendo como metas setores industriais com vantagens comparativas (visando sua inserção internacional) e setores estratégicos do ponto de vista de geração e difusão de progresso técnico, buscava mobilizar instrumentos de financiamento, incentivos fiscais e apoio a pequenas/médias empresas e atuar em três níveis: empresarial, setorial e estrutural (sistêmico). Neste último, eram previstas ações específicas para: elevar os gastos em Ciência e Tecnologia; aperfeiçoar o sistema educacional e de treinamento, com ênfase no ensino básico e na reforma dos ensinos técnico e superior em consonância com as necessidades da política industrial, e melhorar o sistema de transportes por meio de privatizações, modernização e redução dos custos de serviços portuários. Nos níveis setorial e empresarial as ações seriam implementadas por meio de um programa específico (PCI – Programa de Competitividade Industrial) dirigido aos setores estratégicos e à “reestruturação do modelo empresarial” (fusões/incorporações, desverticalização, abertura de capital, privatização). Por fim, a PICE definia uma nova organização institucional, com uma instância de coordenação e órgãos específicos para implementação das políticas setoriais.

Como é sabido, a PICE fracassou por várias razões, mas ironicamente tornou-se efetiva em seu propósito de expor a economia, e particularmente a indústria, à competição internacional. A abertura do mercado interno ao comércio internacional, sem contrapartidas de parceiros comerciais e sem apoio de uma política de competitividade, teve efeitos

deletérios sobre a estrutura industrial. Também nesse sentido cumpria-se um vaticínio de Fajnzylber (1990:62): “Una apertura radical del mercado interno podría poner en tela de juicio o racionalizar el sistema industrial rentista, pero si no se modifica la distribución primitiva del poder y éste se concentra, el retroceso industrial conseguiente hará que se acentúe la integración en el mercado internacional a base de los recursos naturales y del desarrollo de la intermediación comercial y financiera”.

O ECIB, por sua vez, é um alentado estudo sobre a competitividade da indústria brasileira no início dos anos noventa, realizado por um consórcio de instituições universitárias. A par de um amplo e detalhado diagnóstico da situação da indústria apresenta, em sua parte final, uma “síntese das principais recomendações para a competitividade sistêmica” (págs. 403-08). Em resumo, as recomendações propõem: (1) a estabilização macroeconômica como pré-requisito para recuperar a confiança dos agentes e, com isso, retomar os investimentos. A estabilização implicaria recuperar as finanças públicas, articular fontes de financiamento público e privado, compatibilizar os objetivos das políticas macroeconômica e industrial/tecnológica, adequar a política monetária às necessidades e às condições de crédito de longo prazo, e tornar a política cambial “passiva”; (2) a realização de reformas que permitissem recuperar a capacidade fiscal/tributária do Estado. Para isto seriam necessárias reformas tributária, fiscal e do sistema de seguridade social, bem como modernização administrativa do Estado e revisão da sistemática de concessão de benefícios fiscais; (3) a recuperação dos investimentos nas áreas de infra-estrutura, com ampliação, modernização e operação eficiente de transportes, portos, energia e telecomunicações; (4) a adequação do sistema de financiamento de modo a viabilizar investimentos em condições compatíveis em termos de prazos e taxas de juros, e (5) a busca de convergência entre competitividade e equidade por meio de: modernização das relações de trabalho visando uma distribuição sistemática e equitativa dos ganhos de produtividade; políticas compensatórias de emprego, retreinamento, aumento de escolaridade média, redução da jornada de trabalho e apoio a micro/pequenas empresas, e reforma do sistema educacional tendo em vista melhorar sua qualidade e eficácia.

Essas recomendações de caráter sistêmico complementam as ações por meio de políticas de comércio exterior, investimento direto estrangeiro, incentivos de fomento,

desenvolvimento tecnológico, reestruturação empresarial, e de políticas setoriais. Conformam, portanto, um conjunto praticamente idêntico ao da competitividade sistêmica tal como formulada por Fajnzylber.

Por último, o documento da CNI (2002) propõe uma estratégia de política industrial tendo como eixo a competitividade dada por “crescimento contínuo da produtividade”. Para atingir esse objetivo propõe: (1) ações no plano da política macroeconômica (equilíbrio fiscal, estabilidade de preços, redução da vulnerabilidade externa, elevação da poupança interna); (2) medidas na área de política de comércio exterior e negociações internacionais; (3) uma política de inovação (financiamento e tratamento tributário adequados, estímulo à formação de redes e parcerias e à cooperação universidade/empresas, formação profissional e qualificação de recursos humanos, reestruturação dos sistemas de proteção à propriedade intelectual, apoio à TIB – Tecnologia Industrial Básica); (4) medidas na área de política regional visando o desenvolvimento e a integração nacional (melhora da infra-estrutura das regiões atrasadas, eliminação de distorções tributárias que prejudicam a competitividade de produtos regionais, melhora do financiamento regional, inserção competitiva das regiões nos mercados interno e internacional, e aumento da transferência tecnológica para regiões atrasadas); (5) uma reforma tributária que, entre outras coisas, desonere exportações e investimentos, não contenha impostos cumulativos e garanta igualdade de condições na competição entre produtos nacionais e importados; (6) financiamento de longo prazo para investimentos industriais com redução de spreads, desenvolvimento do mercado de capitais, maior oferta de crédito, e facilidades de acesso ao crédito por parte de micro/pequenas empresas industriais; (7) relações de trabalho com “mais negociação e menos legislação”, novas formas de contratação e menores custos de contratação, e força de trabalho com melhor qualificação e capacitação; (8) medidas para reduzir custos e melhorar a eficiência dos serviços de infra-estrutura (redução de custos e de tempo de movimentação de cargas nos portos, aumento da movimentação de cargas por navegação de cabotagem, melhora na qualidade do transporte ferroviário, recuperação das rodovias, aumento na participação das hidrovias no transporte de cargas, redução de custos no transporte aéreo, e implementação do transporte multimodal); (9) expansão do parque gerador de energia e aumento da participação do gás natural na matriz energética; (10) ampliação dos investimentos privados

em saneamento básico; (11) medidas de aperfeiçoamento das leis e regulamentações sobre meio ambiente, e adequação da infra-estrutura do sistema nacional de meio ambiente; (12) aperfeiçoamento das legislações de regulação sobre defesa da concorrência e políticas de competição; (13) medidas que visem maior inclusão social (aprimorar o capital humano, reforçar a rede de proteção social e melhorar a respectiva legislação), e (14) reformas das instituições políticas e judiciárias.

Como se vê, trata-se de uma estratégia que incorpora, em sua maior parte, as mesmas medidas observadas por Fajnzylber em seus estudos sobre a reestruturação industrial dos países líderes industriais e que deram origem à noção de competitividade sistêmica.

Observações finais

Conclui-se, portanto, que a contribuição original de Fernando Fajnzylber ao estudo da competitividade, sobretudo a idéia de que a competitividade é sistêmica, é bastante relevante na área de estudos industriais e tem tido ampla aplicação em propostas de políticas para a indústria. Essa contribuição, entretanto, não tem sido devidamente reconhecida. Ou pior, não tem sido levada em conta na implementação de políticas, já que as poucas medidas de política industrial efetivamente implementadas nas últimas duas décadas no Brasil, a exemplo da PICE, desdenharam os fatores sistêmicos de competitividade. Isto se deve, em boa parte, ao predomínio de objetivos macroeconômicos de estabilização da economia, mas em parte também à rejeição ideológica à política industrial e à ignorância da experiência histórica dos países industrializados e dos NICs asiáticos, tão bem analisada por Fajnzylber. Esperamos, com este trabalho, ter trazido elementos que justifiquem recuperar a contribuição de Fernando Fajnzylber e recolocar o debate sobre política industrial nos termos do enfoque abrangente ao qual ele se alinhava.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia de Fernando Fajnzylber por data de publicação⁵

FAJNZYLBER, F. (1971) *Sistema industrial e exportação de manufacturados: análise da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1971. 334 p.. (Relatório de Pesquisa, n. 7) Brasil. Instituto de Planejamento Econômico e Social. Instituto de Pesquisas.

_____. (1971) *Estratégia industrial e empresas internacionais: posição relativa da América Latina e do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1971. 223 p.. (Relatório de Pesquisa, n. 4)

FAJNZYLBER, F. & MARTÍNEZ TARRAGÓ, T. (1976) *Las empresas transnacionales: expansión a nivel mundial y proyección en la industria mexicana*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1976. 423 p.

_____. (1977) “Oligopolio, empresas transnacionales y estilos de desarrollo”. *El Trimestre Económico*, vol. 43(3), n. 171, julio-septiembre 1976, p. 625-656

_____. (1983) *La Industrialización trunca de América Latina*. México, DF: Editorial Nueva Imagen, 1983. 416 p. Centro de Economía Transnacional

_____. (1988) “Competitividad internacional: evolución y lecciones”. *Revista de la CEPAL*, n. 36, diciembre 1988, p. 7-24

_____. (1990) *Industrialización en América Latina: de la “caja negra” al “casillero vacío”*: Comparación de patrones contemporáneos de industrialización. Santiago: CEPAL, 1990 (Cuadernos de La Cepal, n. 60)

_____. (1990b) “Sobre la impostergable transformación industrial de América Latina”. *RBCE*, nº 27, jan/fev, 1990b, p. 16-27

_____. (1990c) “El medio ambiente en la actual estrategia de crecimiento económico”. *Ambiente y Desarrollo*, vol. 6, n. 2, agosto 1990, p. 7-9

_____. (1991) Inserción internacional e innovación institucional. *Revista de la CEPAL*, n. 44, agosto 1991, p. 149-178

_____. (1992) “La estrategia de educación y conocimiento en la transformación productiva con equidad”. *Industrialización y Desarrollo Tecnológico*, n. 12, abril 1992, p. 41-60

_____. (1992) *Educación y conocimiento. Eje de la transformación productiva con equidad*.

_____. (1992) “La transformación productiva con equidad y la sustentabilidad ambiental”. *Industrialización y Desarrollo Tecnológico*, n. 12, abril 1992, p. 7-26

⁵ Fernando Fajnzylber possui um grande acervo de publicações, porém, somente algumas obras consultadas encontram-se relacionadas nesta bibliografia.

Bibliografia complementar

CNI – Confederação Nacional da Indústria, *A Indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento*. Brasília: CNI, 2002.

COMISION ECONOMIA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE – CEPAL. *Trasnformacion productiva com equidad*. Santiago de Chile: CEPAL, 1990.

_____. *Equidade, desarrollo y ciudadanía*. Santiago de Chile: CEPAL, 2000.

COUTINHO, Luciano. “A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudanças”, in: *Economia e Sociedade*, nº 1, agosto/ 1992, p. 69-87.

ECIB – *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira*, L. Coutinho & J. C. Ferraz (Coordenadores). Campinas: Papyrus, 1994.

PICE – Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior. Brasília, 26/06/1990.

SUZIGAN, Wilson, “Reestruturação industrial e competitividade nos países avançados e nos NIC’s asiáticos: lições para o Brasil” in: *Reestruturação Industrial e Competitividade Internacional*. Wilson Suzigan et al., São Paulo: Fundação SEADE, 1989.